

## **LA NACION (Argentina)**

### **EE.UU., poco receptivo con el Mercosur**

SAN PABLO.- El gobierno norteamericano no simpatizó con la idea de Brasil, apoyada por la Argentina y el resto de los países del Mercosur, de negociar un acuerdo bilateral, con el esquema 4+1, entre el bloque y los Estados Unidos. Eso fue lo que dio a entender ayer el representante comercial de EE.UU., Robert Zöellick, en una visita a Brasil que concluye hoy.

Durante la conferencia de prensa que concedió tras su encuentro con la cúpula del gobierno brasileño, evitó comentar la propuesta hecha ayer para que antes o simultáneamente a la negociación del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), el Mercosur negocie un acuerdo bilateral con los Estados Unidos. Además de preferir evitar responder sobre el tema, Zöellick aclaró que estaba en Brasil para discutir el ALCA.

"Tomamos la decisión de explotar ese camino (de proponer la bilateralidad)", había dicho el canciller de Brasil, Celso Amorim. Brasil presentaría la idea con el aval de la Argentina y Uruguay. "Como las negociaciones ya están en cierta forma bilateralizadas, queremos sacar el máximo provecho de eso", explicó.

Brasil quería evitar, también, que los Estados Unidos vayan cooptando individualmente a varias de las 34 naciones que compondrían hipotéticamente el ALCA, tal cual lo hicieron con Chile, que firmará este año su acuerdo bilateral con los Estados Unidos, o con Colombia, que tiene compromisos debido al apoyo que recibe por medio del Plan Colombia para la lucha contra el narcotráfico.

La idea de una negociación bilateral 4+1 permitiría focalizar los asuntos que le interesan al Mercosur en conjunto frente al poder de los Estados Unidos como potencia industrial y agrícola.

Zöellick, en cambio, se permitió ser sutilmente amenazador. El ALCA, dijo, "puede ser una ventaja competitiva por ejemplo en relación a China, que viene demostrando una competencia cada vez más desafiante frente a Brasil y México", dijo.

Frente a la presión ejercida por Brasil, copresidente con EE.UU. del proceso negociador del ALCA, y que suele señalar una voluntad de retrasar el proceso si las reivindicaciones de apertura de las barreras comerciales y agrícolas no son tomadas en cuenta, Zöellick volvió a usar el mismo estilo. Si hay atrasos, dijo que "no sería atípico, porque las negociaciones son siempre difíciles", pero deslizó: "Frente a las fragilidades de la economía mundial y de las incertidumbres de las economías de América latina, sería mejor avanzar en el proceso" de creación del ALCA.

Una vieja historia

Las negociaciones parecen complicarse, a medida que los agricultores de EE.UU. exigen más barreras y protecciones para sus productos, y Brasil -con el apoyo argentino- responde que la negociación sólo avanzará cuando esas barreras sean reducidas. El nuevo encuentro que los presidentes Lula da Silva y George W. Bush tendrán en Washington en junio podrá servir para destrabar los nudos de la negociación.

Para reducir las tensiones, Zöellick se permitió una ironía: dijo que había venido a Brasil para felicitar al ministro de Hacienda, Antonio Palocci, por la victoria de los tres corredores brasileños en las 500 millas de Indianápolis, el domingo pasado. "Eso demuestra que Brasil puede competir en cualquier lugar del mundo", afirmó con sorna, frente a las críticas brasileñas de que EE.UU. limita su competitividad.

Zöellick tiene una vieja historia con Brasil y con Lula. El presidente brasileño, al saber que tendría que tratar sobre ALCA con Zöellick, había dicho al asumir la presidencia que no negociaría "con el sub del sub del sub", sino directamente "con el compañero Bush".

Era una picardía de Lula, que ocho años atrás, en una visita a EE.UU. como candidato a presidente, había sido dejado plantado en la Casa Blanca por Zöellick, un joven funcionario en aquella época, asignado por George Bush padre para ocuparse del dirigente de izquierda. Quien ahora negocia con el Brasil se retrasó con otro compromiso y terminó no recibiendo al hoy presidente brasileño.

### ***O ESTADO DE SAO PAULO (Brasil)***

#### **EUA prometem colocar tudo nas negociações da Alca**

Brasília - O representante comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick, garantiu hoje que todas as tarifas estão sobre a mesa de negociação, inclusive as agrícolas. No entanto, ele destacou a posição norte-americana de negociar o capítulo agrícola na Organização Mundial de Comércio (OMC). "Os Estados Unidos apresentaram propostas ousadas para a redução doméstica dos subsídios e para as exportações no âmbito da OMC", disse.

Ele pediu ajuda ao Brasil para conseguir reduzir na OMC os subsídios praticados pela União Européia e pelo Japão. "Os subsídios europeus são três vezes maiores que os praticados pelos EUA. A apresentação pelos EUA de uma proposta significativa depende de se conseguir uma redução dos subsídios europeus e japoneses", disse.

#### **Mercosul**

O representante comercial afirmou que os Estados Unidos atribuem importância às discussões com o Mercosul para a abertura de mercado, mas destacou que, paralelamente a isso, os EUA querem discutir formas acelerar a Alca. "Isso está em consonância com o que o presidente Lula tem dito, que tem sido uma liderança para todo o continente e para a América do Sul", afirmou.

Zoellick não descartou a possibilidade de um acordo bilateral (Mercosul/EUA), mas foi enfático ao afirmar a preferência dos EUA pelo processo da Alca.

#### **Brasil diz aos EUA que prefere negociar o Mercosul com a Alca**

Brasília - O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP, disse hoje que reafirmou ao representante de comércio dos Estados Unidos, Robert Zoellick, que o Brasil defende o modelo de negociação entre o Mercosul e os Estados Unidos. Essa é a posição que o Brasil está apresentando, afirmou. O senador disse que sentiu uma resistência menor de Zoellick a essa proposta do que há um ano.

Mercadante afirmou que esse modelo é o que está sendo negociado pelos Estados Unidos, que já assinou acordos bilaterais com o Chile, México e Canadá e está apresentando propostas diferenciadas nas negociações da Alca para a América Central, América Andina e Mercosul. O senador disse que Zoellick pediu para o Brasil melhorar sua proposta, mas Mercadante disse que esse gesto deveria partir dos Estados Unidos, que são mais fortes na negociação.

Mercadante observou que, se os norte-americanos levaram para a OMC questões como os subsídios à agricultura, que consomem US\$ 175 bilhões anuais, e a política antidumping, o Brasil também tem o direito de deixar para negociar na OMC pontos que interessam aos norte-americanos, como direito sobre propriedade intelectual, políticas de investimentos e de compras governamentais.

### ***GAZETA MERCANTIL (Brasil)***

#### **UE cobra definição do Mercosul**

Genebra (Suíça), 28 de Maio de 2003 - Bruxelas quer a oferta sobre compras governamentais. Em 2002, o Brasil comprou R\$13,9 bi. A União Européia (EU) quer uma definição do Mercosul

(Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) sobre os rumos da negociação birregional, depois dos últimos movimentos entre os dois blocos.

O negociador-chefe da EU, Karl Falkenberg, reclama que o Mercosul introduziu "inquietações" na negociação, ao não apresentar oferta em compras governamentais na semana passada, desrespeitando o que tinha se comprometido a fazer num encontro no Rio de Janeiro em 2002.

"Essa ausência de oferta é um verdadeiro problema na negociação", declarou Falkenberg em entrevista a este jornal. "É preciso saber o que se esconde atrás disso, se há mudança de atitude do Mercosul (em relação a negociação) ou se é apenas um problema de conjuntura política".

Ofertas "muito limitadas"

Bruxelas mostra-se insatisfeita também com as ofertas "muito limitadas" em serviços e investimentos, que não representam posições conjuntas do Mercosul, mas a soma de quatro propostas diferentes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

O diretor da Diretoria-Geral para Comércio da Comissão Européia deixou claro que a Europa tampouco está interessado em competir com os Estados Unidos para fechar primeiro um acordo com o bloco sul-americano.

"A Alca não nos concerne. É uma história americana. Pode ter implicações para o Mercosul, mas não para a União Européia", diz, contrariando preocupações de certos meios empresariais europeus de perder espaço para concorrentes americanos.

A União Européia insistirá num bom acesso de fornecedores europeus as licitações de compras públicas do Mercosul, tanto mais que o potencial de negócios é enorme. Só no Brasil, a União (administração direta, fundações e autarquias) fez compras de 13,9 bilhões de reais, ano passado.

Mas, como é o caso de boa parte do mundo, no Brasil os fornecedores estrangeiros estão excluídos, ou seja, não podem vender para o governo. Só que o tema faz parte das negociações de acesso a mercados com a UE, na Alca e dentro do próprio Mercosul. O governo brasileiro preparou listas de entidades públicas que poderão, sob determinadas condições, aceitar a participação de empresas européias em licitações.

Freio nas negociações

O governo Lula, porém, levou os outros membros do Mercosul a colocar um freio nesse aspecto da negociação birregional. O secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, explicou que compras governamentais "seguem sendo um tema complexo, inclusive por constituir um possível instrumento de política industrial e tecnológica" e indicou que o Brasil "tenciona promover uma reflexão interna e com nossos sócios do Mercosul, tendo presente a necessidade de se desenvolver uma postura negociadora comum".

Visto de Bruxelas, porém, o que o Mercosul fez foi romper o calendário da negociação.

Para Falkenberg, o Mercosul precisa indicar "se mudou de orientação", já que não cumpriu o cronograma que tinha aceitado.

Ofertas pouco ambiciosas

Alem disso, Falkenberg contrapõe as ofertas "muito pouco ambiciosas" do Mercosul às propostas feitas por Bruxelas em serviços e investimentos.

Diz que a União Européia ofereceu melhor acesso em quase todos os setores de serviços ao Mercosul, que na prática corresponde "largamente" ao que foi acertado com o Chile. "Quanto à área de audiovisual, também estamos prontos a discutir quando o Mercosul quiser", avisa.

Diz que a oferta européia em investimentos é igualmente ampla, com Bruxelas aceitando consolidar juridicamente a grande abertura do mercado europeu ao capital estrangeiro.

O problema mais espinhoso

Sobre o problema mais espinhoso da negociação birregional, que é o acesso dos produtos agrícolas do Mercosul, o negociador europeu coloca fortes esperanças na aprovação da proposta de reforma da Política Agrícola Comum (PAC) apresentada aos 15 países membros pelo comissário agrícola Franz Fischler.

"Fischler espera ver esse processo concluído em fins de junho. Não posso prever o resultado, mas há fortes esperanças". Para negociadores do Mercosul, essa é a chave mesmo para o desbloqueio das negociações tanto na Organização Mundial de Comércio como no birregional.

Uma coisa é certa: na Comissão Européia, a esta altura, ninguém quer sequer falar em fixação de data para acabar a negociação com o Mercosul.

Falkenberg evita alimentar expectativas de que o acordo poderia ser fechado em maio de 2004, num encontro no México. "O mais importante é tratar concretamente de conteúdo", diz.

### ***EL MERCURIO (Chile)***

#### **El 6 de junio se firma TLC con EE.UU.**

Aires de celebración recorrieron ayer los pasillos de oficinas de Gobierno y de sectores empresariales al confirmarse que dentro de 10 días, el 6 de junio, los gobiernos de Chile y Estados Unidos firmarán el Tratado de Libre Comercio. La ceremonia se realizará en Miami y antecede a la tramitación del texto en los congresos de ambos países.

La Moneda será representada por la canciller Soledad Alvear, y la administración Bush por el representante de Comercio Robert Zoellick.

"Ésta es una muy buena noticia para Chile y Estados Unidos y estamos muy contentos por este anuncio", dijo Alvear, al informar que tres abogados de su ministerio viajaron anoche, para acelerar el proceso de autenticación de la traducción del inglés al español.

El presidente de la Sofofa, Juan Claro, dijo que "es una gran noticia para el crecimiento y desarrollo del país", mientras que el embajador de EE.UU. en Chile, William Brownfield, no ve problemas para la aprobación del TLC en el Capitolio.

Con un fuerte abrazo con el director de Relaciones Económicas, Osvaldo Rosales, y un improvisado brindis con agua mineral, la canciller Soledad Alvear celebró ayer la fijación del 6 de junio para la firma del Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos, en Miami.

Dos razones motivaron las demostraciones de satisfacción: que se trata de un acuerdo histórico, pues es el primero que alcanza Estados Unidos con un país sudamericano, y que el acuerdo se logró a pesar de la serie de impasses entre ambos gobiernos por el rechazo de La Moneda a una resolución sobre Irak.

"Esto es una buena noticia para Chile y para Estados Unidos", dijo la ministra, al afirmar que "han pasado una buena cantidad de semanas" desde la desilusión expresada por la administración Bush, y que "estamos en una mirada de futuro".

Tanto la salida del embajador de Chile ante la ONU, Juan Gabriel Valdés -a quien acusan de haber encolerizado a la administración Bush-, y su reemplazo por Heraldo Muñoz, de fuertes vínculos con Condoleezza Rice, y la aprobación de Chile a la última resolución para levantar las sanciones a Irak, han sido vistos por la Casa Blanca como vías de acercamiento bilateral.

Pese a ello, el TLC no será firmado por los presidentes Bush y Lagos, como se quería en un principio, para enviar - en medio de las negociaciones del Alca- una señal de cercanía comercial al resto de América Latina. En su reemplazo se eligió a Miami como escenario.

Así, la canciller Alvear representará a La Moneda y el representante de Comercio, Robert Zoellick, bautizado como el "padre" del TLC con Chile, a la Casa Blanca.

El anuncio de la fecha estaba previsto para la mañana de ayer al término de una reunión entre Alvear y el nuevo presidente de la Cámara Chileno Norteamericana de Comercio (Amcham), Richard Diego.

Sin embargo, al enfrentar a la prensa, la ministra sólo se limitó a informar que por la noche iban a viajar a Washington tres abogados del Ministerio de Relaciones Exteriores para acelerar la autenticación de la traducción del texto del inglés al español, y que en esa tarea permanecerán hasta el viernes como plazo fatal.

Un compromiso de simultaneidad en la comunicación entre Chile y Washington le impidió en ese momento dar a conocer la noticia. Cosa que sí hizo a las 16 horas, cuando ya los trascendidos desde Estados Unidos llegaban por todas las agencias.

Consciente de la situación, Alvear optó por tomar las cosas con humor y partió la conferencia diciendo: "¡Ahora sí que sí!", mientras Rosales complementaba las bromas anunciando que la próxima conferencia para hacer el anuncio estaba citada para las 10 de la noche.

La tarea de los congresos

La firma constituye la llave para la tramitación del TLC en los congresos de Estados Unidos y Chile.

EE.UU. tiene un plazo de 60 días para la elaboración de una serie de leyes de implementación que permitan ajustar el tratado a la normativa interna. Y, de ahí, el Congreso tiene 90 días para la aprobación.

En Chile, el tratado ingresará directamente al Parlamento - a través de la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara- con un mensaje de fundamentación. Y debe ser votado en su conjunto.

Para facilitar su aprobación, anunció una serie de actividades de difusión a nivel nacional y entrevistas con el presidente del Senado, Andrés Zaldívar; con la presidenta de la Cámara, Isabel Allende, y con las comisiones de Relaciones Exteriores del Congreso.

Se mostró esperanzada que en Chile está la vía despejada al acuerdo, porque "estamos firmando un acuerdo con la potencia más grande del mundo", y porque -según estimaciones de un estudio de la Universidad de Michigan- el TLC permitirá un crecimiento del Producto Interno Bruto de 0,9 por ciento.

"Esto significa enormes posibilidades de crecimiento para nuestro país; un certificado de garantía para lo que es la evaluación de riesgo; mayores inversiones y la generación de nuevos empleos", dijo, al sostener que lo más probable es que el TLC-Chile y el TLC-Singapur se tramiten en Estados Unidos "por caminos separados".

Frente a las críticas que recibió La Moneda, cuando estuvo a punto de fracasar el acuerdo, Alvear dijo que "siempre fuimos optimistas", y declinó pronunciarse si el tratado estará en vigencia este año o el próximo: "Nunca me comprometo con plazos. Es una cábala que resulta".

Satisfacción empresarial

Uno de los sectores más preocupados con el revés que el TLC sufrió en su momento -por el rechazo de Chile a una resolución sobre Irak- fue el empresarial.

De ahí que no sorprendiera que apenas la Cancillería oficializó el 6 de junio, como fecha para la firma, la Sociedad de Fomento Fabril (Sofofa) fuera la primera en expresar su satisfacción.

Su presidente, Juan Claro, sostuvo que "esto constituye una excelente noticia para el crecimiento y desarrollo futuro del país".

En lo concreto, aseguró que el acuerdo "tendrá un positivo impacto en la economía chilena, ya que contribuirá a estimular la inversión, el crecimiento de las exportaciones, el aumento del empleo y la expansión de la actividad a nivel general".

El presidente de la Sofofa insistió en que el TLC representa "un reconocimiento a las condiciones macroeconómicas e institucionales que ha mantenido Chile en las últimas décadas".

Y destacó que "estamos ciertos de que este acuerdo será un valioso estímulo al proceso de implementación de los proyectos incorporados en las agendas de Modernización del Estado, Transparencia y Pro Crecimiento".

Éstos, a su juicio, permitirán alcanzar "mejores niveles de eficiencia y competitividad entre los agentes productivos, generar empleo de mayor calidad y un mejor nivel de vida para los chilenos".

Con la Unión Europea

La canciller Alvear también se reunió con el eurodiputado español José Ignacio Salafranca, del Partido Popular Europeo, para analizar los efectos de otro gravitante tratado: el de la Unión Europea, que está vigente en su fase comercial desde el 1 de febrero de este año.

"Este acuerdo es el más ambicioso que ha suscrito la UE con un país americano", dijo el parlamentario, al hacer ver que éste no sólo abre para Chile un mercado de 500 millones de personas, sino que "unas posibilidades espectaculares de colaboración para el futuro". Como ejemplo puso a México que -tras un año de vigencia del acuerdo- ha aumentado sus intercambios comerciales en un 30 por ciento.

Salafranca auguró para Chile metas "mucho más ambiciosas, que pueden traducirse en un incremento del 0,5% del Producto Interno Bruto chileno".

## ***EL COMERCIO (Perú)***

### ***En el mes de agosto se concreta acuerdo con el Mercosur***

El próximo 25 de agosto el presidente de Brasil Luiz Inácio da Silva llegará al país y lo primero que podría hacer será firmar el acuerdo entre el Perú y los países que integran el Mercosur, entre los que figuran Brasil, Argentina, Chile, Paraguay y Uruguay.

Estamos muy avanzados en las negociaciones. Tenemos un impase con la zona franca en Manaus. Tenemos que ir con los líderes y empresarios para analizar detenidamente la legislación de Manaus y ver qué grado de acercamiento podemos tener, porque eso es lo único que tenemos en el tintero (por resolver), pues el tema agropecuario se está solucionando, señaló Raúl Diez Canseco.

Hasta el momento, los representantes peruanos han conversado con el presidente Lula de Silva sobre la construcción de la carretera transoceánica que unirá el Pacífico con el Atlántico, la utilización de los puertos peruanos, el financiamiento del Banco de Brasil, la posibilidad de que la Corporación Andina de Fomento garantice la rentabilidad del peaje de dicha carretera en los tres primeros años, la creación de un fondo fideicomiso, que obtendría ingresos de un porcentaje de lo que se pague por la deuda externa, y que servirá para invertir este dinero en infraestructura.

Las relaciones con el Brasil nunca han estado mejor. En el tema de turismo vamos muy bien y muy fuerte. Ya hemos avanzado en hermanar la ciudad del Cusco con Río de Janeiro, detalló Diez Canseco.

## ***EL PAIS (Uruguay)***

### **Brasil propone al Mercosur comerciar con monedas locales**

Brasil relanzó ayer la propuesta de que sus socios en el Mercosur realicen su intercambio comercial utilizando monedas locales, en lugar de dólares, por medio de notas fiscales.

El ministro de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior, Luiz Fernando Furlan, afirmó en la Asociación Brasileira de Comercio Exterior que esta flexibilización del sistema de pagos facilitaría las transacciones entre los socios.

Esta práctica se vería favorecida porque el real brasileño y el peso argentino hoy están a unos niveles muy parecidos, como ocurrió entre 1994 y 1998, destacó.

Argentina y Brasil son los dos principales socios de Mercosur, una unión comercial aún incompleta integrada además por Paraguay y Uruguay, con Chile y Bolivia como asociados.

El ministro afirmó que los pagos en monedas locales beneficiarían sobre todo a pequeñas y medianas empresas, que no tendrían necesidad de recurrir a dólares para pagar sus transacciones dentro del grupo.

Otros de los mecanismos que estudia Brasil para agilizar el comercio con sus socios es el ya existente Convenio de Crédito Recíproco, de los bancos centrales del grupo.

Este mecanismo opera como caja de compensación y de pagos en moneda local a las empresas exportadoras.

Argentina es uno de los principales socios comerciales de Brasil, pero este papel se ha visto debilitado por la aguda crisis en el país austral, que provocó una caída de 2.700 millones de dólares en ventas el año pasado.

Furlan dijo que las proyecciones indican una recuperación este año de cerca de la mitad del mercado perdido en 2002. En lo que va de año, las ventas aumentaron en 644 millones de dólares.

Brasil lleva a cabo un agresiva política exterior para expandir sus exportaciones. En los últimos meses ha aumentado sus ventas hacia China, el Medio Oriente y Europa, lo que le ha permitido compensar la caída de su comercio con Argentina y Europa occidental.

Furlan pronosticó que este año su país "va a cumplir ampliamente con su meta de lograr un crecimiento de 8.000 millones de dólares, lo que significa un aumento de cerca de 13 por ciento en sus exportaciones".

El año pasado las ventas externas se ubicaron en torno a 65.000 millones de dólares.

China es este año el segundo mayor mercado para Brasil y ayudará a mantener un superávit comercial (saldo positivo entre importaciones y exportaciones) que solamente en mayo se ha ubicado en 2.000 millones de dólares, explicó el ministro.